



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



LEI Nº 4.715, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

CERTIFICO a publicação da presente Lei
Na IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO
Ed. nº 2347 em 26/10/17

PROCURADORIA

FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO
DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO
VALOR/RPV, EM VIRTUDE DE
SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA
EM JULGADO, NOS TERMOS DOS §§
3º E 4º DO ARTIGO 100 DA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL -
CRFB/1988.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado
de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe
confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96 da Lei Orgânica do
Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena
aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam definidas como Requisições de Pequeno Valor/RPVs nos
termos dos §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição da República Federativa do
Brasil - CRFB/1988, as fixadas nesta Lei para o pagamento direto, sem
precatório, pela Fazenda Pública Municipal, sendo procedida diretamente pela
Secretaria Municipal da Fazenda-SEMFAZ, à vista do ofício requisitório expedido
pelo juízo competente.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os
débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 05 (cinco) salários
mínimos vigentes à época do pagamento.

Art. 2º O pagamento ao titular da Requisição de Pequeno Valor/RPV será
realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do
ofício requisitório conforme ordem cronológica, devendo ser demonstrado o
trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.



Art. 3º É vedado o fracionamento do valor da execução ou a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 4º Se o valor da Execução ultrapassar o estabelecido no parágrafo único do artigo 1º desta Lei o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Art. 5º Para os pagamentos de que trata esta Lei será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal
Vilhena (RO), 26 de outubro de 2017.


Rosani Donadon
PREFEITA MUNICIPAL